



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012468-98.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Corretagem**
 Requerente: **Gigante Imóveis Ltda**
 Requerido: **Fernando Antonio Sanzovo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Trata-se de liquidação por arbitramento visando apurar o valor da *"comissão de intermediação da venda de imóvel dos réus pelo valor de R\$ 80.000,00 em 18 de agosto de 2008, devendo o valor assim apurado sofrer correção monetária pelo índice do INPC, a contar de agosto de 2008, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação"*, devendo ainda dito valor ser acrescido do valor das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

O laudo pericial arbitrou em R\$ 8.264,20 referida comissão.

Esse valor, contudo, foi apurado sobre o valor atualizado do imóvel, arbitrado em R\$ 165.283,20, praticamente o dobro do valor indicado no título judicial que é de R\$ 80.000,00.

Logo, há incorreção do laudo.

Atento a que o percentual da comissão de corretagem tenha sido arbitrado em 5,0% (*cinco por cento*) conforme se vê às fls. 170, e que com esse arbitramento tenha concordado a credora, fica acolhido o laudo para arbitramento do percentual em questão, que deverá ser aplicado sobre o valor indicado no título, resultando em comissão de R\$ 4.000,00 em agosto de 2008, valor esse que deverá sofrer acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de agosto de 2008, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, devendo ainda ser acrescido do valor das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da liquidação, atualizado.

Isto posto, HOMOLOGO PARCIALMENTE o trabalho pericial e fixo o valor do crédito da autora/credora em R\$ 4.000,00 (*quatro mil reais*), valor esse que deverá sofrer acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de agosto de 2008, além de juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, devendo ainda ser acrescido do valor das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da liquidação, atualizado.

Dê-se vista à credora para que apresente a conta de liquidação do crédito.

P. R. I.

São Carlos, 10 de dezembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

0012468-98.2010.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970